



## Risco de Vida: Negociações avançam!

As reuniões de negociação estão avançando sobre dois pontos que consideramos fundamentais para os trabalhadores: a diferença do Adicional de Risco de Vida e o pagamento do vale transporte em dinheiro, que é opcional e já está na nossa Convenção Coletiva de Trabalho.

Uma nova reunião de negociação está marcada para o dia 03/05, quando esperamos já tenha uma proposta para ser levada à apreciação da Assembleia.

Importante mesmo, é que a categoria continue atenta e mobilizada como está, pois a luta é a nossa maior opção para avançar em nossas conquistas.

Fiquem atentos, assim que tivermos uma novidade, ou seja, uma proposta concreta, chamaremos os companheiros.



## Convenção Coletiva de Trabalho: Uma conquista nossa!

Queremos ressaltar a importância da nossa Convenção Coletiva de Trabalho. Sem dúvida ela é a melhor do Brasil da categoria de transporte de valores. Além de muitas conquistas, temos os maiores pisos salariais de motorista de carro forte, vigilante de carro forte, vigilante de ATM e pessoal da Tesouraria. Tudo fruto da nossa luta.

Mas, consideramos que ainda não é suficiente, queremos avançar e conquistar muito mais. E cada trabalhador pode contribuir para nossas vitórias futuras com mobilização, unidade e disposição de luta.



## Assembleia Geral

**O SINDVALORES convida toda a categoria para participar de Assembleia Geral para eleger os delegados que participarão do Congresso Estadual da CUT/CECUT e do Congresso Nacional da CUT/CONCUT. Contamos com a sua presença.**

**Dia 22/04 – domingo – às 10h**

**Local: Sede do SINDVALORES-DF (SDS Ed. Venâncio IV – Cobertura)**

**Pauta: Retirada de Delegados ao CECUT/CONCUT**

# Projeto de Segurança Privada do MJ: Estamos atentos!

O projeto de Segurança Privada que está sendo construído pelo Ministério da Justiça é Patrões traz alguns pontos que são extremamente prejudiciais aos trabalhadores. Entre eles podemos citar a redução de vigilantes dentro do Carro Forte e a conseqüente demissão de trabalhadores e esta redução cer-

tamente acarretará em piores condições de trabalho e risco para os vigilantes durante o serviço.

O SINDVALORES está acompanhando de perto essa questão e está preparado para a luta contra qualquer tentativa de retrocesso aos nossos direitos e conquistas.

Não vem que não tem!



## Proseguir compra a Nordeste/Transbank

A Proseguir comprou a empresa Nordest/Transbank, assumindo seus funcionários e tornando-se a maior empresa de segurança privada do Brasil com 51 mil empregados. Com todo esse contingente, a empresa tem grande responsabilidade social e, por isso, esperamos que ofereça

melhores condições de trabalho para a categoria em todo o Brasil e que isto também aponte para uma Convenção Coletiva Nacional, pois em muitos estados os trabalhadores recebem uma miséria. É claro que defendemos a CCT do DF, a melhor do Brasil como parâmetro para as futuras negociações.

## Reforma trabalhista tramita silenciosa no Congresso, denuncia Anamatra

A Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) lançou, dia 11/04 a edição anual de sua Agenda Político-Institucional.

A publicação, um instrumento de informação destinado às entidades participantes do debate político, especialmente sobre temas do Direito do Trabalho, destaca a preocupação dos juizes com a tramitação de projetos que alteram radicalmente as relações de trabalho no país.

"A agenda faz um alerta para propostas legislativas que precarizam os direitos trabalhistas", afirma o presidente da Anamatra, Renato Sant'Anna. O caso mais gritante é o projeto (PL 4.330/04) que regulamenta a terceirização, admitida atualmente apenas em atividades-meio.

"É uma proposta que quebra o sistema de trabalho que a gente conhece hoje e quebra o controle sindical", argumenta o magistrado.

"De cada cinco mortes em acidentes de trabalho, quatro são de terceirizados. Se isso acontece, é sinal de que algo está errado", acrescenta.

PL 4.330/04

O projeto, de autoria do deputado Sandro Mabel (PMDB-GO), foi aprovado em comissão especial e se houver acordo poderá ir direto para exame do plenário. Se não houver entendimento, a matéria terá tramitação convencional. isto é, poderá ser examinado ainda pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Fonte: DIAP com Anamatra